

---

## Políticas culturais na Área Metropolitana do Porto<sup>1</sup>

*Natália Azevedo*<sup>2</sup>

### Resumo

As políticas culturais autárquicas traduzem modos de relação particulares entre o poder político e a cultura. Nos últimos dez anos, as autarquias da Área Metropolitana do Porto consolidaram projectos e actividades no campo cultural local que conferiram aos seus concelhos visibilidade política e cultural. A criação de equipamentos culturais e a formação de públicos têm sido objectivos estruturantes dos discursos e das práticas políticas municipais. É precisamente sobre estas dimensões que o posicionamento da cultura no universo político e social dos concelhos da AMP tem assumido traços peculiares.

### Abstract

*Cultural local policies show us the particular relationship between local power and culture. In the last ten years, the administrative areas of the Oporto Metropolitan Area (OMA) have consolidated cultural projects and activities. These have done to the OMA's cities some political and cultural visibility. The cultural equipment's production and the public's formation have been the most important aims of local discourses and practices.*

### 1. Abertura

Incentivar e viabilizar a formação de públicos da cultura constitui, desde há alguns anos, um vector cada vez menos secundário nos universos políticos das autarquias portuguesas. Ao observarmos as realidades concelhias, localizamos mudanças no campo da oferta e da procura cultural local.

No sentido de sustentar a articulação necessária entre a questão dos públicos, dos consumos e da recepção cultural e a das estratégias políticas a eles subjacentes, a abordagem sociológica das políticas culturais torna-se imprescindível, para não dizer obrigatória, no campo mais vasto da sociologia da cultura.

Para a discussão em torno das políticas culturais e turísticas, apresentamos aqui um conjunto de observações relativas aos concelhos que compõem a Área Metropolitana do Porto (AMP)<sup>3</sup>. Estas observações, na sequência de outras desenvolvidas em momentos anteriores e a

---

<sup>1</sup> As considerações aqui feitas têm por base resultados provisórios da primeira fase de um projecto de investigação, ainda em curso, sobre as políticas culturais e turísticas da Área Metropolitana do Porto entre 1980 e 2001. O projecto em causa, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, intitula-se *Culturas urbanas, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto* (Projecto POCTI/SOC/39803/2001).

<sup>2</sup> Assistente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e Investigadora do Instituto de Sociologia da FLUP. Contactos: Departamento de Sociologia da FLUP, Via Panorâmica, s/n.º, 4150-564 Porto, tel. e fax: 226077190, e-mail: nazevedo@letras.up.pt.

<sup>3</sup> A AMP foi criada em 1991 pela Lei n.º 44/91 de 2 de Agosto, publicada em Diário da República, I Série-A, n.º 176, de 2 de Agosto de 1991. Tal como a Área Metropolitana de Lisboa, é uma pessoa colectiva de direito público de âmbito territorial, que visa a prossecução de interesses próprios das populações da área dos municípios abrangentes (artigo 1.º da lei acima referida). Tem sede no Porto e compreende nove concelhos cujas câmaras têm a seguinte caracterização político-partidária dominante: Espinho (Partido Socialista), Gondomar (Partido Social-Democrata), Maia (Partido Social-Democrata), Matosinhos (Partido Socialista), Porto (Partido Social-Democrata), Póvoa de Varzim (Partido Social-Democrata), Valongo (Partido Social-Democrata), Vila do Conde (Partido Socialista) e Vila Nova de Gaia (Partido Social-Democrata). Segundo os dados do Recenseamento Geral da População de 2001, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, a AMP tem de população residente 1.260.680

uma escala mais micro (Azevedo, 2000; 1997; Fernandes et al., 1998), enquadram-se numa pesquisa mais ampla sobre as políticas culturais e turísticas destes municípios entre 1980 e 2001, os modos como o poder local tem perspectivado as dinâmicas culturais enquanto recursos de desenvolvimento e as lógicas relacionais interconcelhias e metropolitanas relativamente às questões culturais e turísticas.

Os municípios que compõem a AMP têm protagonizado, nos últimos dez anos, práticas de investimento político no campo cultural local, que se enquadram nos cenários mais recentes quer do desenvolvimento das políticas culturais em Portugal (Santos, 1998), quer da visibilidade social e política das práticas culturais dos diversos grupos da sociedade portuguesa. Com ritmos e modos diferenciados, é certo, todos os concelhos têm dado mostras de uma crescente atenção política àquilo que constitui a oferta cultural no espaço local. Neste campo, assumem particular relevância a criação e a animação de espaços de cultura - os equipamentos culturais - e a reutilização de espaços locais já existentes, reconfigurados nas valências e nas características da oferta cultural.

Por outro lado, as concepções políticas sobre o que é a animação cultural de uma cidade, os projectos de intervenção cultural, os equipamentos e os públicos culturais afiguram-se-nos, ao longo dos últimos anos, de um modo peculiar: não tanto contextualizadas num território que é também um território metropolitano mas, muito pelo contrário, tidas como exclusivas de cada concelho que, embora contíguos, desenvolveram, e continuam a desenvolver, investimentos políticos e simbólicos na cultura para além de uma lógica comum, articulada e global. Se partirmos do pressuposto de que o modelo territorial metropolitano assume pertinência política e social, porque perspectivado para fomentar uma gestão integrada das condições de desenvolvimento das regiões e das populações, poderemos teoricamente arquitectar a ideia de que as políticas culturais municipais poderão ser, também elas, concebidas em termos metropolitanos.

De igual modo, torna-se sustentável do ponto de vista político a associação entre as manifestações culturais locais e as potencialidades turísticas dos concelhos. É explícita no discurso político a necessidade do investimento público e privado no turismo e, nalguns casos concelhios, e para os últimos anos de gestão política, no turismo cultural<sup>4</sup>. Tal facto, associado à promoção de eventos culturais com influência supramunicipal (regional, nacional e internacional), à contínua preocupação estratégica com a revitalização do associativismo cultural, quadro institucional de animação e interacção (Costa, 1999) e ao investimento na recuperação/revitalização e manutenção do património local, a partir das possibilidades criadas pelos financiamentos nacionais e comunitários dos últimos anos, enquadram a relação, também ela necessária, entre cultura e turismo locais.

---

habitantes, 8% de taxa de desemprego, 5,3% de taxa de analfabetismo e 51,4% de taxa de actividade. O novo enquadramento legal que regula a instituição, a estrutura e o funcionamento das Grandes Áreas Metropolitanas (Lei n.º 10/2003 de 13 de Maio, publicada em Diário da República, I Série-A, n.º 110 de 13 de Maio de 2003) veio redimensionar esta realidade administrativa, processo que, à data desta comunicação, ainda decorria.

<sup>4</sup> As autarquias da AMP têm manifestado preocupações políticas com a dinamização económica e social do turismo local, valorizando-o como um outro factor de desenvolvimento dos concelhos, particularmente a partir da associação entre as manifestações culturais locais e regionais e os motivos de vinda e de estada dos potenciais turistas na região. Espinho, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia são concelhos situados na orla marítima e, desde os inícios do século XX, com práticas de um turismo balnear, estreitamente associadas a práticas de lazer de grupos sociais provindos dos concelhos limítrofes. Por seu turno, concelhos mais interiores e com uma visível componente rural, como Gondomar, Maia e Valongo, têm procurado nos últimos anos desenvolver outras formas de turismo: no caso do concelho da Maia, o turismo de negócios e, no caso do concelho de Valongo, o turismo de natureza.

## 2. Políticas culturais na área metropolitana do Porto: Uma breve ilustração empírica<sup>5</sup>

Numa óptica sociológica, dois princípios globais tendem a estruturar uma política cultural autárquica (Pinto, 1994; Silva, 2003; 1997). Em primeiro lugar, o da criação e manutenção das infraestruturas básicas especializadas, que permitem desenvolver actividades de criação cultural e artística e processos de revitalização, valorização e animação do património cultural local. Referimo-nos às possibilidades materiais e simbólicas do poder político local para *criar* e *animar* uma rede de equipamentos culturais no espaço local. Em segundo lugar, o da criação e satisfação dos interesses e das expectativas culturais dos públicos, particularmente daqueles que, do ponto de vista socioeconómico, mais afastados se encontram das manifestações culturais e artísticas que exigem instrumentos cognitivos de recepção particulares (Bourdieu, 1989). Falamos, num outro sentido, das possibilidades do poder político para *formar* e *alargar* públicos.

A partir do confronto analítico com os universos políticos dos concelhos que compõem a AMP, destacamos um conjunto de vectores que traduzem algumas das mudanças a que aludimos no início deste texto.

Em primeiro lugar, *a cultura tende a ocupar um lugar menos secundário, ou a deixar de ser um não-lugar, nos programas políticos das autarquias*. Ao longo da década de noventa do século XX, os programas políticos e os planos e relatórios de actividades das autarquias enquadram princípios estratégicos de actuação e prioridades de investimento político e social que apresentam a cultura como um dos factores principais para o desenvolvimento global do concelho.

Por outro lado, e dando mostras de processos mais lentos de configuração social e política, *a cultura tende a ocupar um outro lugar na macroestrutura autárquica*: do ponto de vista organizacional, e de uma situação *de facto* de inexistência política, os serviços culturais autárquicos adquirem, paulatinamente, um posicionamento formal e político mais visível, mais autónomo e com atribuições, competências e recursos próprios.

Um terceiro elemento comum aos nove concelhos é o da *diversificação da oferta cultural*. As autarquias procuram equilibrar na oferta local modalidades culturais diferentes que tanto se enquadram em traços da “cultura popular” como em universos mais próximos da “cultura erudita” e das “indústrias culturais” (Santos, 1988). A *criação de estratégias públicas de formação e educação dos públicos para a “cultura erudita” e para a produção cultural*, salvaguardando-se a acção pedagógica e educativa subjacente aos projectos e aos actores culturais envolvidos, vai no sentido da ideia atrás apontada.

*O aumento progressivo dos investimentos financeiros e logísticos na área da cultura* tem sido uma outra componente mais ou menos comum à actuação política autárquica. As parcelas do orçamento global das autarquias previstas para a área da cultura cresceram nos últimos anos. Uma substancial parte desse crescimento reflecte o investimento feito na construção de infra-estruturas locais com valências culturais e desportivas: a criação de uma rede de equipamentos. Os *centros municipais de animação cultural* (casas da cultura ou centros culturais) aparecem na década de noventa como os principais suportes físicos e institucionais dos programas municipais de animação cultural.

Os resultados provisórios permitem-nos entrever uma outra regularidade: não tem havido, desde a criação da AMP em 1991, *uma lógica metropolitana de rede de equipamentos culturais*, principalmente de estatuto municipal. Os dados recolhidos fundamentam o pressuposto de que, ao nível das práticas políticas, a confluência entre políticas culturais concelhias tem sido, mais do que difícil, secundarizada pelos autarcas. Na maior parte dos casos, podemos apontar como factores de bloqueio político ao desenvolvimento de parcerias

---

<sup>5</sup> A ilustração empírica aqui adoptada fundamenta-se num conjunto de resultados provisórios, de pendor qualitativo, e relativo a uma primeira fase da investigação em curso. A recolha da informação foi feita a partir de entrevistas exploratórias a actores políticos e culturais e da análise de um *corpus* de fontes documentais das autarquias da AMP e de outros organismos e instituições locais.

conjuntas, o desconhecimento dos equipamentos existentes nos concelhos vizinhos, os desequilíbrios estruturais significativos quanto à escala dos equipamentos e aos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis, a inexistência de vontade política e os constrangimentos jurídicos subjacentes à definição de competências e de recursos para a AMP.

### 3. Fecho

Como território metropolitano, a AMP é um espaço social múltiplo, marcado por assimetrias, nomeadamente no que diz respeito ao campo cultural local. A cultura, ao crescer no âmbito do discurso e da prática políticas, cresceu também de modo diferenciado.

Apesar das mudanças verificadas no quadro cultural concelhio, as disparidades interconcelhias não só existem como traduzem assimetrias estruturais mais globais. Destacamos o seguinte conjunto de coordenadas:

- a centralidade do Porto como o factor por excelência da competitividade cultural da AMP;
- a inexistência ou a insuficiência de diagnósticos sistemáticos sobre públicos, tanto quanto à sua configuração social como às condições e modalidades de recepção das manifestações culturais pelos mais diversos públicos;
- a debilidade dos equipamentos culturais existentes em alguns concelhos, bem como a falta ou escassez de recursos humanos especializados e profissionalizados;
- a insuficiência das estratégias de pedagogia cultural em alguns concelhos;
- a inexistência de um esforço político metropolitano no campo cultural e turístico.

De qualquer forma, e não esquecendo as assimetrias socioeconómicas e culturais interconcelhias, parece-nos fazer todo o sentido desenvolver mecanismos de aproximação entre as políticas culturais municipais, com a criação e a racionalização de equipamentos e o desenvolvimento de iniciativas e de projectos de animação cultural que consubstanciem identidades metropolitanas no exterior.

A criação de equipamentos culturais e a formação de públicos têm sido objectivos estruturantes dos discursos e das práticas políticas municipais. Quando perspectivados segundo uma lógica de rede intermunicipal e metropolitana, tais equipamentos constituem um instrumento privilegiado de programação e realização de actividades culturais. Quando associados a diagnósticos da realidade sociocultural concelhia e dos públicos dos eventos, bem como a acções de (in)formação de públicos, configuram-se como plataformas institucionais de oferta/procura cultural alargada. É precisamente sobre estas dimensões que o posicionamento da cultura no universo político e social dos concelhos da AMP tem revelado traços peculiares.

Se perspectivarmos o trabalho do sociólogo num possível duplo papel profissional – o do estudo científico dos processos sociais e o da intervenção estruturada e participada sobre essa mesma realidade social – faz sentido colocarmos algumas questões, a propósito destas e de outras dimensões de análise do universo das políticas culturais locais. Por exemplo:

- qual tem sido, numa análise diacrónica, a configuração política e social da oferta e da procura culturais à escala dos municípios portugueses?
- de que modo é possível assegurar a sustentabilidade do investimento político e social na área da cultura, nas suas mais diversas manifestações, à escala local?
- como articular, num contexto de exercício do poder político, as lógicas de investigação e as lógicas de intervenção, sustentando a sua pertinência mas, igualmente, viabilizando os diagnósticos de públicos, de contextos de oferta e de modos de procura e de relação com os bens culturais e turísticos?
- como conceber e implementar, nos contextos locais, sistemas de avaliação orientada, controlada e sistemática dos projectos, dos processos e dos resultados, tanto no plano da oferta como no da procura culturais?
- como fomentar a articulação entre a cultura e o turismo, à escala local, potenciando sinergias locais e promovendo formas de desenvolvimento endógeno?

### Referências bibliográficas:

- AZEVEDO, Natália (2004) – Políticas culturais na Área Metropolitana do Porto: dos equipamentos locais à formação dos públicos da cultura. In *Públicos da cultura. Actas do Encontro organizado pelo Observatório das Actividades Culturais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 24 e 25 de Novembro de 2003*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN 9728488-27-0. p. 211-222.
- AZEVEDO, Natália (2003) – Políticas culturais à escala metropolitana: notas de uma pesquisa sobre a Área Metropolitana do Porto. *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras*. ISSN 0872-3419. I Série: XIII (2003) 201-210.
- AZEVEDO, Natália (2000) - Públicos de cineclubes: perfis sociográficos e modos de estar no cineclubes. *Cadernos de Ciências Sociais*. ISSN 0871-0945. 19/20 (2000) 169-198.
- AZEVEDO, Natália (1997) - Práticas de recepção cultural e públicos de cinema em contextos cineclubísticos. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras*. ISSN 0872-3419. I Série: VII (1997) 129-196.
- BOURDIEU, Pierre (1989) - *O poder simbólico*. Lisboa: Difel. ISBN 972-29-0014-5.
- COSTA, António Firmino da (1999) - *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural de bairro*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-774-025-1.
- FERNANDES, António Teixeira; ESTEVES, António Joaquim; DIAS, Isabel; LOPES, João Teixeira; MENDES, Maria Manuela; AZEVEDO, Natália (1998) - *Práticas e aspirações culturais: os estudantes da cidade do Porto*. Porto: Ed. Afrontamento e Câmara Municipal do Porto. ISBN 972-36-0484-1.
- PINTO, José Madureira (1994) - Uma reflexão sobre políticas culturais. In *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia. ISBN 972-95945-0-3. p. 767-792.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coord. (1998) - *As políticas culturais em Portugal: relatório nacional*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN 972-8488-02-5.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1988) - Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas). *Análise Social*. ISSN 0003-2573. XXIV: 101-102 (1988) 689-702.
- SILVA, Augusto Santos (2003) – Como classificar as políticas culturais? Uma nota de pesquisa. *Obs*. ISSN 0873-8831. 12 (2003) 10-20.
- SILVA, Augusto Santos (1997) - Cultura: das obrigações do Estado à participação da sociedade civil. *Sociologia, Problemas e Práticas*. 23 (1997) 37-48.